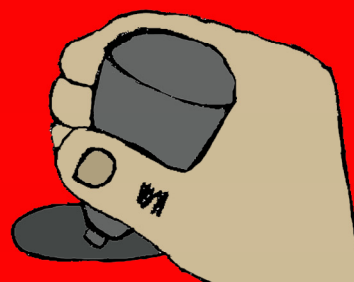


O GERIFALTE



2o trimestre 2010 edição 2 Ano I

ELEIÇÕES



AÉCIO NEVES

X

JOSÉ SERRA

CAMPANHA ELEITORAL NA INTERNET

OS ÍNDIOS BRASILEIROS

ENTREVISTA SÉRGIO CABRAL

QUE HÁ DE NOVO?

EDITORIAL

*O que temos de novo!
p.01*



ENTREVISTA COM SÉRGIO CABRAL

Conheça sua opinião sobre a Emenda Ibsen Pinheiro. Confira sua gestão no governo do Rio de Janeiro.

Saiba mais na p. 02

UMA ESTRELA ESCONDIDA

Por que a escolha de Serra e não de Aécio Neves para a candidatura à presidência do PSDB?

Saiba mais na p.05



e-LEIÇÕES

Como a campanha eleitoral de Obama inspirou outros candidatos, ao fazer um bom uso da internet

Saiba mais na p. 08



A QUESTÃO INDÍGENA

Como o Estado pode se aproximar dos indígenas?

Saiba mais na p.11

AONDE ESTÁ INDO PARAR NOSSO DINHEIRO?

Por que os preços no Brasil estão tão altos? O que fazem com o dinheiro dos impostos?

Saiba mais na p.13



VICE PRESIDÊNCIA

É necessária uma maior atenção a esta posição de grande importância

Saiba mais na p.06

ELEIÇÕES INGLESAS

Como funciona o sistema eleitoral inglês?

Saiba mais na p.10

CANTO POÉTICO

Espaço dedicado para nossos criativos alunos-poetas
Saiba mais na p.15

QUADRINHOS: HOMBRE EL HOMBRE

Las elecciones de Mexico!
Ria um pouco na p.17

VOCÊ SABE QUE É UM ALUNO DA FGV QUANDO...

Destacamos alguns traços recorrentes em alunos da instituição

Descubra na p.16



EDITORIAL

É tempo de eleições presidenciais. Enquanto os nossos candidatos, José Serra (PSDB), Dilma Rouseff (PT), Marina Silva (PV) e Plínio (PSOL) começam a luta de campanhas e promessas, nós, eleitores buscamos identificar qual deles merece o nosso voto. A princípio, aqueles que vão brigar de igual para igual serão a candidata do PT e Serra. Marina não parece ter vez nessa briga de ferozes.

O atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, está no comando do eleitorado, dominando o brinquedo de garra e direcionando todos os seus esforços à eleição de sua ex-ministra da Casa Civil, como tem feito através de uma forte campanha na qual vem declarando o seu apoio à sua companheira do PT. Contudo, todos nós sabemos que essa máquina é de difícil manuseio. A democracia nem sempre se reflete na direção em que apontamos, pois não somos nós, eleitores, que estamos no seu controle. A máquina, por vezes, opera com vícios próprios e responde à um sistema muito mais corrupto do que gostaríamos de acreditar, de modo que a escolha do nosso (ou nossa!) presidente é, na verdade, uma grande surpresa que depende de muitos fatores externos à nossa vontade genuína.

Para aqueles que acreditam na política, indaguem-se com a “Questão Indígena” e saibam “Aonde está indo parar o nosso dinheiro”. Descubram um pouco mais sobre os nossos candidatos à vice-presidência Michel Temer e Índio da Costa, assim como sobre o as reflexões e as propostas de governo de Sérgio Cabral, em entrevista exclusiva! Só não se esqueçam de tirar o melhor proveito da leitura, divertindo-se, ao final, com a cômica eleição mexicana de “Hombre El Hombre”.

Vale, por fim, agradecer a participação ativa dos alunos do 2o período, começando pela nossa ilustradora de capa Catarina Freitas, Guilherme Migliora, João Marcelo Lima, Antonio Bastos e Vitor Horta. Recebemos também contribuições reflexivas de Ana Carolina Melman, do 3o período, assim como um texto bastante interessante de Camila Cunha, do 7o período. Juntos, produzimos a 2a edição d'O Gerifalte ■



Adriana Simonsen Reino

ENTREVISTA COM SÉRGIO CABRAL

Vitor Horta



O Gerifalte entrevistou o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Ele respondeu a algumas das perguntas que lhe enviamos por e-mail, expondo sua visão sobre a emenda Ibsen Pinheiro, sobre sua gestão como governador e as UPPs.

Gerifalte: É de conhecimento geral a opinião do governador a respeito da emenda Ibsen. Nesse sentido, até que ponto essa emenda afeta a soberania do Estado do Rio de Janeiro? É legítima (nacionalmente)? O presidente Lula vai vetar?

Sérgio Cabral: O art. 20, parágrafo 1º, da Constituição Federal, assegura aos estados e aos municípios compensação financeira pela exploração de petróleo no seu território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva. A emenda Ibsen Pinheiro ao Projeto de Lei que disciplina o novo marco regulatório do petróleo viola diretamente essa regra, pois dispõe que os royalties do petróleo, que são exatamente essa compensação referida na Constituição, devem ser distribuídos entre todos os estados e municípios da Federação, segundo os critérios do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.

O Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e outros estados de onde será extraído o petróleo do pré-sal seriam enormemente pre-

judicados com a aplicação dessa regra, tendo em vista que já não recebem o ICMS correspondente, porque a Constituição determina que o imposto seja pago no estado de destino desse produto, diferentemente da regra que prevalece para todos os outros produtos, cujo imposto é pago no estado onde são produzidos.

A emenda Ibsen, no caso do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, contém ainda pelo menos uma outra grave inconstitucionalidade. Ela determina que, mesmo para os campos de petróleo já licitados e já em produção, sobre os quais incidem as regras atuais de distribuição de royalties, a nova lei passe a incidir imediatamente, retirando, portanto, desses estados abruptamente toda a receita que hoje recebem dessa indústria. Não poderíamos ter exemplo melhor de violação do princípio constitucional da inviolabilidade do direito adquirido e do ato jurídico perfeito.

O Rio deixou de ser o patinho feio da República, é um dos estados que lideram a recepção de recursos federais

G: Qual foi a melhor política desenvolvida durante o mandato?

S.C.: Desenvolvemos uma política de parcerias inédita em nosso estado. A parceria com os governos federal, estadual e prefeituras é fundamental para nossa política de gestão. E a grande beneficiada com essa política é a população.

O Rio deixou de ser o patinho feio da República, é um dos estados que lideram a recepção de recursos federais. Temos que nos espelhar no presidente Lula para gerar desenvolvimento econômico e distribuição de renda. Acho que é mais uma demonstração do que significa nossa união, quando estamos todos juntos por uma causa: o Rio de Janeiro.

A retomada do diálogo com o presidente e com os poderes da União nos possibilitou tirar do papel obras estruturantes que consolidarão hoje nosso desenvolvimento futuro.

O que torna isso tão especial é o avanço significativo que estamos conquistando em diferentes setores. Ganhos que obtemos diariamente a partir de um planejamento sólido, desenhado por uma equipe técnica, cujo principal objetivo é o aperfeiçoamento da gestão.

Planejar um ambiente fiscal estável e transparente foi o primeiro passo para garantir segurança a quem acredita no potencial do estado. Estabelecer metas administrativas foi a etapa seguinte. Mudar a máquina pública, modernizando-a, tornou-se prioridade. Dentre todos esses pontos, no entanto, um foi decisivo: a aproximação com o Governo Federal. Isolado no cenário político, o Rio de Janeiro amargou anos de esvaziamento econômico. Uma conta de custo alto para a população. Ao propormos um novo jeito de governar o Rio, não cabia a repetição do erro. A retomada do diálogo com o presidente e com os poderes da União nos possibilitou tirar do papel obras estruturantes que consolidarão hoje o nosso desenvolvimento futuro.

As bases econômicas estão sendo consolidadas: um exemplo é a Petrobras com as obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, considerado por especialistas o maior empreendimento industrial das últimas décadas no Brasil e um dos maiores do mundo no setor.

Ainda na área de energia, a entrada em operação do Gasoduto Vitória-Cabiúnas e a instalação do Terminal de Gás Natural Liquefeito na Baía de Guanabara propi-

ciam um crescimento sustentado garantindo o abastecimento energético da indústria fluminense.

O Rio de Janeiro se firma também como importante pólo siderúrgico. Serão aplicados R\$ 13 bilhões no setor. A Thyssenkrupp CSA está implantando uma usina com capacidade de processamento de 5 milhões de toneladas de aço por ano.

Em logística, serão R\$ 200 milhões na dragagem Porto de Sepetiba; R\$ 700 milhões na construção do Porto do Açu; R\$ 650 milhões na construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, ligando Itaguaí a Itaboraí por fora da capital, deslocando o fluxo de cargas que cruza o Rio de Janeiro para atravessar a Baía de Guanabara.

Estes investimentos transformam uma região, geram emprego, sustentam e criam cadeias produtivas. Marcar a presença do estado nessas comunidades é fundamental para fecharmos a equação que alia crescimento econômico a desenvolvimento social. A partir dessa lógica, o Governo Federal, por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), aplicará R\$ 1,2 bilhão em obras de urbanização, saneamento e integração com a malha urbana nas favelas da Rocinha, em Manguinhos e no Complexo do Alemão.

G: Sobre as UPPs...

S.C.: A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz aos moradores.

As UPPs trabalham com os princípios da polícia comunitária. O Governo do Estado do Rio está investindo R\$ 15 milhões na quali-

ficação da Academia de Polícia para que, até 2016, sejam formados cerca de 60 mil policiais no Estado. Até o fim de 2010, 3,5 mil novos policiais serão destinados às Unidades Pacificadoras.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro tem, atualmente, 9 UPPs que atendem a cerca de 150 mil moradores:

Morro Santa Marta (Botafogo – Zona Sul); Cidade de Deus (Jacarepaguá – Zona Oeste); Jardim Batam (Realengo – Zona Oeste); Morro da Babilônia e Chapéu Mangueira (Leme – Zona Sul); Pavão/Pavãozinho e Cantagalo (Copacabana – Zona Sul); Tabajaras e Cabritos (Copacabana – Zona Sul); Providência (Centro); Borel (Tijuca – Zona Norte) e Formiga (Tijuca – Zona Norte).

Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz aos moradores.

Esse é o caminho. Todo mundo com disposição para trabalhar e uma visão nova de polícia, o que é extraordinário. Uma polícia que chega já sabendo que vai participar de um policiamento diferente, de um policiamento em uma área que antes era dominada pelo poder paralelo e que hoje é dominada pelo cidadão.

Estamos quebrando paradigmas no Rio de Janeiro e mesmo no Brasil. Há uma passagem de uma vida subjugada ao terrorismo para uma vida de cidadania e de tranquilidade.

Há uma passagem de uma vida subjugada ao terrorismo para uma vida de cidadania e de tranquilidade.

G.: Como o Sr. classificaria o novo modelo de gestão implanta-

do no Estado do Rio de Janeiro?
S.C.: O Rio nunca recebeu tantos investimentos do governo federal. Desde 2007, foram R\$ 3,8 bilhões, para projetos e obras que estão mudando a vida das pessoas. Nos últimos três anos, o estado recuperou o prestígio e conquistou a oportunidade de sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas, os maiores eventos esportivos do planeta. Para ganhar essa confiança, foi preciso antes fazer o dever de casa.

O governo do Rio acertou as contas e fez um controle rigoroso das despesas. Um exemplo: servidores mortos ainda apareciam bem vivos na folha de pagamento do estado. De janeiro de 2008 a dezembro de 2009, foram canceladas mais de cinco mil matrículas de funcionários falecidos. A economia anual foi de cerca de R\$ 80 milhões.

Em 2007, o governo do estado foi ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedir R\$ 100 milhões para obras no Maracanã, devido à realização dos Jogos Pan-Americanos. E descobriu que havia 61 convênios sem pagamento, no valor de R\$ 170 milhões. Por isso, o Rio não podia mais assinar contratos para novos empréstimos nem receber novos recursos federais.

O Rio nunca recebeu tantos investimentos do governo federal.

A saída foi criar um grupo, o Escritório de Gestão de Projetos (EGP), para buscar soluções modernas e liquidar as dívidas. O trabalho foi exemplar. O Rio hoje tem mais de 500 convênios com o governo federal em vigor, sem pendências. É, por exemplo, campeão na captação das verbas do Pronasci, programa federal para a segurança pública. Outra mudança: antes de 2007, havia 500 viaturas da Polícia Militar em circulação por dia. Hoje, são 1.500 carros rodando na capital e Região Metropolitana,

equipados com rastreador e terminal de bordo.

O entendimento político com o governo federal e as finanças em ordem têm reflexos na iniciativa privada. O estado deve receber investimentos privados de R\$ 126,3 bilhões até 2012, segundo previsão da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.

O PAC do Alemão é apenas uma parte do gigantesto pacote de obras que está sendo executado no Estado do Rio de Janeiro, graças à parceria com o governo federal.

O maior projeto é a Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA), estimado em R\$ 15 bilhões, da alemã ThyssenKrupp Steel, com participação da Vale. O complexo siderúrgico aumentará em 40% a exportação brasileira de aço.

Os hospitais fluminenses sofreram uma revolução nos últimos três anos. Ganharam equipamentos modernos, novos leitos e até salas de teleconferência para a troca de experiência entre médicos em casos mais complicados. Estes itens foram implantados em regiões mais carentes, até então à margem deste atendimento. Como modelo inovador para atender casos simples e assim desafogar as filas dos hospitais foi criada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24H) que realiza consultas simples e desafoga a lotação dos hospitais. O Governo do Estado do Rio já inaugurou 35 UPAs.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Alemão é apenas uma parte do gigantesco pacote de obras que está sendo executado no Estado do Rio de Janeiro, graças à parceria com o governo federal. Além do Alemão, as comunidades de Manguinhos,

Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, Dona Marta e Rocinha também estão sendo beneficiadas.

A tecnologia já chegou aos colégios e faz parte do cotidiano dos alunos e professores. O Conexão Professor é um dos programas que o governo do Rio vem desenvolvendo nas escolas. Já distribuiu mais de 50 mil laptops aos professores do Ensino Fundamental e Médio. O projeto de informatização teve início em fevereiro de 2008. Os colégios foram equipados com laboratórios de informática e rede sem fio. A maioria das salas de aula já conta com um computador com acesso à internet, proporcionando aulas mais dinâmicas e conectadas com a atualidade. Em mais de 50 escolas estaduais, assinar a lista de chamada na sala de aula é coisa do passado. Ao chegar à escola, os alunos usam um cartão eletrônico que registra a presença e armazena seus dados pessoais. O cartão digital é parte do Programa Conexão Educação, cuja meta é levar o projeto a todas as 1.600 unidades da rede estadual e beneficiar cerca de 1,5 milhão de alunos. ■

Em mais de 50 escolas estaduais, assinar a lista de chamada na sala de aula é coisa do passado.

Uma Estrela Escondida

Aécio Neves e José Serra, o embate entre o novo e a tradição

Guilherme Migliora

Nessas próximas eleições, talvez as mais disputadas desde 88, durante muito tempo os holofotes foram retirados da disputa principal à presidência, focalizando o impasse que surgia dentro do PSDB. O candidato, considerado óbvio para concorrer para a presidência, José Serra, enfrentou a dúvida da opinião pública sobre se era ele o melhor candidato. Isso ocorreu pois Aécio Neves começou a ser apontado por cientistas políticos e pela mídia como uma opção forte substituir Serra. Dessa forma, se desenhava uma disputa entre, talvez, os dois mais eficientes políticos da região sudeste. Serra tinha no currículo mais recente o impressionante desenvolvimento de São Paulo, já Aécio, vinha com o status de inovador e promissor devido a seu empreendedorismo no governo de Minas Gerais. Antes de serem apontadas as diferenças entre esses dois políticos, é necessário que apontemos sua trajetória no cenário político nacional. Porém, nos manteremos atrelados, principalmente, à sua trajetória em cargos políticos, sem levar em conta contatos e influências dentro do sistema e dando menos importância a atuações fora do poder Estatal.

Levando em conta os limites propostos acima, consideraremos o primeiro mandato de Aécio como deputado de Minas Gerais (1986-90). Começo promissor, tendo em vista que aos 26 anos já fazia parte de um dos momentos mais importantes da política verde e amarela. Nesse mesmo mandato foi vice-presidente da Comissão da Soberania e Garantia dos Direitos dos Homens e das Mulheres. O deputado foi reeleito por mais três mandatos: (1990-94); (1994-98); (1998-2002). Durante esses doze anos de Câmara alcançou prestígio invejável: em 95 foi eleito líder do PSDB mineiro e em 97 tornou-se líder do partido na Câmara. Seguindo em trajetória ascendente, em 2001 foi eleito presidente da Câmara. Nesse mesmo ano teve participação destacada ao realizar diversas medidas que tinham como objetivo melhorar a ética do congresso. No ano seguinte Aécio conseguiu chegar ao governo de Minas Gerais, posto no qual teve sua atuação mais destacada. O principal pilar dessa campanha de sucesso foi o Choque de Gestão. O projeto visa principalmente uma conciliação da diminuição de custos com a reformulação instrucional. O governador realizou com imenso sucesso o projeto e, como dito pela revista *Veja*, “pôs o trem nos trilhos”. Devido ao desenvolvimento alcançado em Minas, já nos primeiros anos de projeto, Aécio foi reeleito em 2006

primeiros anos de projeto, Aécio foi reeleito em 2006 e pode assim dar continuidade ao seu projeto que de forma impressionante continuou a render frutos, não só para Minas, já que o projeto foi “copiado” por outros Estados e até mesmo por Lula. Essa estonteante carreira faz com que Aécio Neves seja realmente uma grande potência no mundo político brasileiro, mas não foi o suficiente para ser escolhido a concorrer pela presidência.

Aécio pode ser um peso pesado na política, no entanto, seu adversário, José Serra, não fica para trás. Inclusive, foi e pode ser, considerado mais apto para a candidatura do que Aécio Neves. José Serra, assim como seu colega de partido, foi deputado federal constituinte. Todavia, Serra já chega à Assembleia Constituinte com uma experiência maior, tendo em vista que já tinha 45 anos. Teve também, durante a ditadura, um papel importante como presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes). Serra teve também outro mandato de deputado federal, consecutivo ao de deputado constituinte. Em 1995 é eleito senador, permanecendo no cargo até 2003. Nesse período ocupou cargos dentro do sistema legislativo e ministerial brasileiro: no biênio 1995-96 foi ministro do Planejamento e do Orçamento; dois anos depois se tornou ministro da Saúde, cargo no qual permaneceu até se candidatar, pela primeira vez, à presidência, em 2002. Nesse ano Serra vinha como o sucessor do duplo mandato de FHC, e aí talvez resida seu maior trunfo: a proximidade e o apoio do líder tucano de São Paulo. No entanto esse apoio não bastou para Serra conseguir vencer Lula em 2002. Passado o trauma da perda presidencial, é eleito, em 2005, para a prefeitura de São Paulo. Contudo fica apenas um ano no cargo e em 2006 é eleito governador do Estado, abdicando do cargo esse ano para concorrer à presidência novamente.

Inegavelmente, ambos os pré-candidatos têm retrospectos incríveis. No entanto, o que definiu essa prévia foram seus respectivos pesos políticos. Vale aqui salientar que esses pesos são medidos, nesse caso, por suas conexões dentro da política, e mais especificamente, dentro do partido. Isso ocorre tendo em vista o fato do PSDB-SP exercer uma supremacia sobre o resto do partido, principalmente após os dois mandatos de FHC. Além disso, São Paulo tem uma visibilidade dentro do país maior do que Minas Gerais, apesar de este ser um estado importante, pois



maior colégio eleitoral do país e é o estado que mais se destaca no campo econômico. Por fim, é pertinente frisar que Serra é mais conhecido pela sociedade, tendo em vista que foi candidato à presidência em 2002, tornando sua aceitação mais fácil. Isso tudo torna Serra mais apto para fazer frente à candidata petista, o que é muito difícil, devido a seu apoio popular muito grande. Para melhorar a situação de Serra, o maior apoiador da candidatura de Aécio, em 2006, foi Lula. Embora paradoxalmente Aécio seja considerado por alguns cientistas políticos como mais direitista que Serra. Após analisarmos todos esses fatos se torna compreensível a escolha do candidato. Contudo, uma pergunta permanece pairando: será que com um bom sistema de propagandas e a proposta de gestão “inovadora” de Aécio não seria possível torná-lo presidente? ■

VICE-PRESIDÊNCIA

Camila Cunha

Em 1891, a proclamação da República inaugurou não apenas uma nova forma de governo, mas trouxe consigo a elaboração de dois dos mais altos cargos a serem ocupados pelos representantes da *coisa pública*: o Presidente e seu Vice¹, ambos comprometidos com as funções de chefe de estado e de governo. Quase quatro décadas depois, entre 1930 e 1945, o cargo destinado à vice presidência fora eliminado pelo governo de Getúlio Vargas, tendo o posto sucumbido até o advento da Constituição de 1946.

Desde então, a campanha presidencial brasileira tem dado destaque aos cabeças de chapa, muitas vezes subestimando a relevância dos candidatos à vice-presidência. Em contrapartida à tendência nacional, a história do país nos revela que, em 120 anos de República, sete vice-presidentes viram-se inesperadamente adornados pela faixa presidencial. Deste cenário, depreende-se uma primordial lição política: o bom candidato a vice não pode, definitivamente, ser encarado como aquele que se cala, simplesmente agrega votos ou viabiliza uma coligação que garanta alguns minutos a mais de publicidade televisiva, sob pena de sermos surpreendidos pela presença de uma nova e despreparada voz para o Palácio do Planalto. É com consciência dos impactos sociais, políticos e econômicos causados pela potencial substituição de um presidente que espera-se que o eleitor de 2010 vá

às urnas.

As disparidades curriculares entre os presidencialistas José Serra e Dilma Roussef, preferidos à presidência da República segundo o Ibope², vêm sendo amplamente discutidas desde meados de 2009, ano em que intensificaram-se os rumores acerca da candidatura de ambos à guarda do Poder Executivo. Após a oficialização das candidaturas, seguiu-se o momento da nomeação de seus respectivos vice-presidentes. A indicação do deputado federal Índio da Costa como candidato à vice presidência pela coligação PSDB-DEM abalou o eleitorado tucano, uma vez que dera margem a críticas acerca da indicação de um nome demasiadamente jovem³ e, consequentemente, inexperiente para a assunção de tamanha responsabilidade. Além disso, houve quem questionasse sua relação afetiva com Raffaella Cacciolla, filha do ex-banqueiro Salvatore Cacciolla, passando ainda por uma acusação em uma CPI da Câmara Municipal, na qual o candidato aparecera como defensor de um cartel que atuava na compra de merendas de escolas públicas. A decisão petista, por outro lado, culminou na indicação do atual presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, como candidato a vice presidência da República pela chapa de Dilma Roussef⁴. A indicação, no entanto, também foi passível de críticas, tendo em vista uma suspeita de participação de Temer em escândalos de

¹ O Vice Presidente é responsável pela substituição do Presidente em caso de viagem ao exterior, renúncia, morte ou impeachment.

² Até o fechamento desta matéria, o Ibope indicava 39 pontos para Dilma Roussef, seguidos de 34 pontos para José Serra.

³ O Deputado Federal Índio da Costa tem, apenas, 39 anos.

⁴ Resultado de uma coligação entre PMDB-PT.

corrupção: o primeiro, em 2009, ocorreu quando seu nome apareceu mais de 20 vezes na operação Castelo de Areia, deflagrada pela Polícia Federal e que contou com uma vasta investigação acerca da construtora Camargo Corrêa. Em seguida, Temer voltou às páginas policiais, desta vez em decorrência da operação Caixa de Pandora, responsável pela investigação do mensalão do DEM, esquema montado no Distrito Federal e que culminou com o afastamento do então governador José Roberto Arruda.

Corolário da democracia, a participação ativa da população no processo seletivo de seus representantes não pode ser negligenciada. As suspeitas de falhas indecorosas ainda pairam sobre nossos prováveis vice-representantes, no entanto, é necessário que se ponha em prática o mais objetivo dos atos de conferência de poder ao povo – o voto. Para tanto, torna-se primordial uma observação menos superficial da carreira desenvolvida por cada um dos atuais candidatos a vice-presidência da República.

Antonio Pedro de Siqueira Índio da Costa é carioca, nascido em outubro de 1970. Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes e especializado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Índio da Costa foi vereador na Câmara Municipal do Rio em 1996, 2000 e 2004, período em que integrou as comissões de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, de Educação e Cultura e Turismo, sendo, ainda, co-autor da política de turismo da cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, em 2006, fora eleito deputado federal, conquistando o cargo de membro da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Defesa do Consumidor e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Não obstante, Costa fora relator do Estatuto da Metrópole, tendo sido reconhecido por sua veemente atuação em defesa da Lei 135 de 2010, também conhecida como “Ficha Limpa”.

Michel Miguel Elias Temer Lulia é paulista, nascido em setembro de 1940. Atual presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Temer frequentou a tradicional Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), tornando-se doutor pela Pontifícia Universidade Católica paulista (PUC-SP), tendo posteriormente dirigido o curso equivalente, desta vez na pós-graduação. Em 1969 atuou como professor fundador da Faculdade de Direito de Itu (FADITU), na qual atuara como vice-presidente e professor titular da cadeira de Direito Constitucional. Considerado um

Considerado um dos maiores constitucionalistas da atualidade, Temer iniciou sua carreira política como oficial de gabinete de Ataliba Nogueira, secretário de Educação de A-dhemar de Barros. Em 1983, já procurador do Estado, deixou o cargo para seguir carreira como Secretário de Segurança da cidade de São Paulo, tendo ocupado o mesmo cargo na década de 90, em decorrência de uma atuação reconhecida em todo país, na qual fora responsável pela criação da primeira delegacia da mulher em todo o Brasil. Não obstante, o paulista atuou no combate à pirataria através da instituição da Delegacia de Proteção aos Direitos Autorais e elegeu-se deputado constituinte pelo PMDB, tendo atuado de forma substancial na Assembléia Nacional Constituinte. Reeleito deputado federal e atualmente exercendo seu sexto mandato, Michel Temer fora escolhido, por três vezes, para assumir o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados ¹. À frente da Câmara, Temer assumiu a condição de Presidente da República interino ² por mais de uma vez além de atuar, desde 2001, como presidente nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Em vista dos aspectos observados, resta-nos esperar por uma atuação social integrada, no sentido de promover uma maior conscientização acerca da importância da análise do percurso de cada um de nossos candidatos, viabilizando uma sofisticação de nossas escolhas perante a urna e promovendo um aumento qualitativo de nossa política. ■

¹ 1997, 1999 e 2009.

² Na primeira vez, em Janeiro de 1998 e, na segunda, em Junho de 1999.

e-LEIÇÕES

...carregando...

Catarina Freitas

Uma campanha política é um esforço organizado que busca influenciar o processo de decisão de um grupo específico. Uma campanha política, em uma democracia, é feita no processo de eleger representantes políticos e busca o apoio dos eleitores durante o período que precede as eleições. Os candidatos utilizam diversos métodos para comunicar sua mensagem aos eleitores durante sua campanha política.

As campanhas políticas estão cada vez mais caras. O financiamento público não basta para cobrir os gastos de campanha, fazendo com que os candidatos dependam muito do setor privado. É impossível um candidato se eleger sem receber financiamento privado em larga quantia. O candidato acaba se comprometendo para obter apoios que o ajudem a pagar sua campanha. E isso não é apenas no Brasil, é um incômodo mundial. A sucessividade dos escândalos de corrupção, de uma influência indevida, introduz uma áurea de suspeição, tudo isso abala a percepção de legitimidade do sistema político. Um dos símbolos da democracia, as eleições, acaba se tornando, de certa forma, um tanto anti-democrático e prejudicando assim a sua credibilidade. O problema de financiamento de campanha está na raiz disso. Se por um lado o eleitorado fica decepcionado, por outro todos os candidatos não têm iguais condições de se elegerem. Isso porque são poucos os que conseguem um bom financiamento de campanha, o suficiente para angariar os votos que precisam para vencer nas urnas. Os

gastos declarados pelos nossos candidatos em muitos casos não são iguais aos gastos reais. A regra segue: quem tem mais recursos tem mais condições de obter uma maior quantidade de votos e assim de se eleger. Para isso se negocia suplências e outros acertos, no mínimo, de moralidade duvidosa. E a virtú política, se perde?

Por mais que a legislação se empenhe em regular o processo de campanha, ela ainda não é de toda efetiva nesse aspecto. A lei 9.504 de 1997 trata das campanhas políticas, coligações, financiamentos público e privado, despesas. Tudo muito bem claro e redigido. Nosso sistema combina o financiamento privado com algum grau de financiamento público, que utiliza recursos do Fundo Partidário, nas campanhas. Não bastando para cobrir os gastos, a lei não é obedecida e o candidato acaba recorrendo a fontes ilegais. Pois político sem ter a sua mensagem conhecida fica sem votos e perde a sua razão de ser. Muitos cientistas políticos apontam que a solução é reformar nossas instituições: voto distrital, lista fechada e tantas outras teses. Talvez. Mas pode ser que a solução mais democrática já esteja sendo vivenciada por todos nós, sem precisar fazer nenhuma reforma.

A campanha eleitoral do presidente estadunidense Barack Obama mudou a forma pela qual os políticos organizam os ativistas partidários, se comunicam com eleitores e se defendem contra ataques de outros candidatos. O uso de sites de vídeos e de relações



creditos:
www.joaoarruda.com.br

como YouTube, Facebook, Twitter, Blogs, e outros canais pós modernos de comunicacao, permitiu estabelecer uma relação próxima, informal, direta, acessível, quase pessoal e com mais transparência entre o candidato e os cidadãos. Os vídeos de campanha do presidente Obama postados no YouTube foram assistidos num total de 14.5 milhões de horas. Para comprar essa quantidade de horas na televisão seria 47 milhões de dólares. Sites como www.change.gov e my.barackobama.com, bem como o Twitter e Facebook possibilitaram uma aproximação do eleitorado com o candidato, um maior envolvimento dele na campanha política. A lição tirada da campanha de Obama é que os eleitores foram tratados como cidadãos, estabeleceu-se uma proximidade e com ela a identidade entre o candidato e o eleitor, o que renovou o sistema eleitoral, beneficiando a sociedade democrática.

A estratégia vencedora de Obama inspirou muitos outros candidatos ao redor do mundo a adotarem estratégias similares para se aproximar dos eleitores, divulgar suas propostas e receber ideias, comentários e apoio. Esse método de fazer campanha ainda corta muitas despesas e permite que candidatos mais fracos, que não receberiam tanto financiamento em suas campanhas, possam concorrer com mais igualdade de condições.

No Brasil, a estratégia também é utilizada pelos nossos atuais candidatos à presidência: José Serra (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV). Todos eles estão presentes em comunidades e perfis do Facebook e Orkut, bem como em páginas no Twitter. Além disso, têm blogs próprios que utilizam para divulgar as suas ideias e as dos partidos que os apoiam, sem contar as contas no Flickr e MySpace. Os internautas podem se mobilizar através desses sites e trazer as discussões para além do círculo virtual. Podem opinar e ser respondidos pelos candidatos e membros dos partidos. Podem fazer doações. Podem ajudar a divulgar os candidatos. Ajudam a construir a campanha política ativamente. E, muito importante, trazem idéias e sugestões que enriquecem os programas dos candidatos.

Mas o envolvimento do cidadão na política não se restringe apenas ao período precedendo as eleições. O movimento do e-Government, crescente no mundo inteiro, expande essa atuação para o campo legislativo também. Ora, se a lei é a expressão da vontade dos cidadãos, nada como tê-los participando diretamente na criação delas. O portal e-democracia (<http://www.edemocracia.camara.gov.br>) estimula a interação e discussão virtual da sociedade com o fim

de promover debates no processo de elaboração de projetos de lei e políticas públicas. Não seria essa uma forma renovada de emancipação do indivíduo?

Com ressalvas. Por mais que a internet permita um maior envolvimento do cidadão, mais aproximação com o político e seus projetos e a possibilidade de doação de dinheiro para a campanha, há uma descompensação política. Não são todos os cidadãos que se envolvem e podem se envolver na política. O acesso a internet como meio filtra muita gente. Além do mais, aqueles que participam ainda estão sujeitos a receberem e-mails e mensagens apócrifas. Na internet o indivíduo é anônimo e pode dizer o que quiser. Pode mentir sobre certos candidatos e partidos, pode iniciar boatos falsos, e assim, perde-se a credibilidade no sistema.

Ainda são poucos os brasileiros internautas, sendo que a maioria se concentra na faixa entre 15 e 35 anos. E mesmo assim, nas regiões mais urbanizadas, o acesso a internet não chega nem a 40% das pessoas. Dizer que a internet possibilita uma participação de todos os cidadãos na política seria, no contexto socioeconômico brasileiro, no mínimo, um exagero. É irreal pensar que campanhas na internet substituirão tão cedo as campanhas e formas de financiamento convencionais. É irreal pensar que o cidadão brasileiro de modo geral tem um papel ativo nas eleições e na elaboração de leis. Ainda não, pelo menos.

A revolução digital na política promete. Promete um envolvimento ativo do cidadão na política. Promete o micro-financiamento de campanhas. Promete maior igualdade de competição entre os candidatos. Promete mais transparência. Promete uma proximidade maior entre o político e o cidadão. Promete maior diálogo. Promete menor espaço para o erro. Promete menos manipulação e aventuras. Promete uma democracia efetivamente participativa e abrangente. Promessas, quem sabe, para um futuro não tão distante. ■

Eleições Inglesas: Como funcionam?

Vitor Horta

Este artigo tem como objetivo levar o leitor a entender um pouco mais sobre as acaloradas eleições inglesas ocorridas na primeira metade de 2010. Portanto, é válido expor como funciona o sistema eleitoral inglês, de maneira que o leitor possa compreender com maior clareza o tema e tirar conclusões próprias a respeito do sistema e da agitação gerada no cenário político inglês.

A Inglaterra faz uso do sistema político eleitoral majoritário. Mas o que seria isso?

O sistema eleitoral majoritário é aquele no qual o vencedor surge ou por maioria relativa, que representa a maior minoria, ou por maioria absoluta. No Brasil, este sistema é utilizado para eleições para a presidência e governo do estado. Você, caro leitor, provavelmente já está percebendo os prós e contras gerados por esse sistema. No parlamentarismo inglês, o primeiro ministro convoca as eleições para deputados em um período máximo de 5 anos (normalmente sendo convocada a cada 4 anos). As eleições são indiretas e se dão por maioria simples. Todo o país é dividido em condados, os quais elegem por maioria simples (50% + 1) o representante dessa delimitação geográfica. Esse representante, juntamente com todos os outros representantes eleitos, forma a House of Commons, uma das casas do parlamento inglês. O partido que consegue eleger o maior número de representantes, concensualmente (nesse sentido os partidos ingleses são bastante coesos), nomeia unilateralmente o primeiro ministro, o que os ingleses chamam de sistema *'first-past-the-post'*.

Nenhum sistema é perfeito, e o parlamentarismo inglês não foge a regra. Se por um lado, este sistema proporciona uma maior aproximação do eleitor com o seu representante, facilitando o policiamento, fiscalização e responsabilização (o chamado *accountability*), por outro acaba gerando o que a maioria dos críticos desse sistema argumenta: a falta de representação. Quando em um condado, na disputa eleitoral, o candidato A ganha do candidato B por maioria simples, o que acontece com a parcela da população que escolheu como representante o candidato derrotado? Simplesmente não é representada. Esse sistema acaba com a voz das minorias, violando o ideal de correspondência entre a distribuição de preferência do eleitorado e o poder parlamentar. Diferentemente ocorre no Brasil, que designa para uma região uma série de representantes eleitos conforme a sua clas-

sificação, medida em número de votos.

Outro problema gerado por esse o sistema é o que diz respeito à proporcionalidade dos votos. Nas eleições de 92 na Inglaterra, por exemplo, o partido conservador obteve 42% dos votos e 57% dos assentos no parlamento, enquanto o partido Liberal-democrata obteve 22,6% dos votos nacionais e no entanto não passaram de 3,3% dos assentos no parlamento.

Alguns poucos ainda argumentam que o candidato vencedor assumiria a incumbência de representar a população local como um todo, mas a meu ver o problema da representação vai além dessa representação local. Ser representado na Inglaterra implica em saber que o partido de sua preferência tem um voto a mais na disputa por nomear o primeiro ministro, e consequentemente a liderança nacional. Portanto, outra crítica recorrente ocorre na possibilidade de formação de uma rede de clientelismo. Os políticos nesses sistema são incentivados a cada vez mais atender a interesses locais, visando a reeleição. Em contrapartida abdicam de fomentar assuntos de interesses mais gerais, direcionando tempo, esforços e verbas para soluções imediatistas.

Dito isso, é possível discorrer sobre as eleições inglesas de 2010 com uma maior tranquilidade. Neste ano, o ex-primeiro ministro Gordon Brown dissolveu o parlamento e convocou novas eleições. O então representante do partido Labour (trabalhista), em seus dois anos de mandato, governou o país em um período muito turbulento e acabou vendo a sua popularidade (e atrelada a ela, sua legitimidade), paulatinamente, cair por terra. Os motivos que levaram a “renúncia” do ex-primeiro ministro são diversos, e começam por crises dentro do próprio partido Labour. Na ocasião por duas vezes tentou-se emplacar um “golpe”, no então primeiro ministro. Os contrários ao ex-primeiro ministro alegavam que Gordon Brown não tinha legitimidade para exercer a função porque ele, diferentemente do primeiro ministro anterior, Tony Blair, não havia sido escolhido para a função, e sim escolhido para ser substituto do líder do partido, em um momento de transição. No entanto, se as duas tentativas não foram suficientes para derrubar o primeiro ministro, temas mais delicados e complexos, foram. Pode-se citar a crise financeira de 2008, as guerras do afeganistão e iraque (associadas ao partido trabalhista) e o medo gerado pelo terrorismo como fatores cruciais na queda do ex primeiro ministro.

No dia 12 de abril o ex-primeiro ministro Gordon Brown se reuniu com a rainha e fez o pedido formal de dissolução do parlamento e as eleições foram marcadas para 6 de maio. Tradicionalmente isso implicaria na linha largada das disputas entre os dois maiores partidos ingleses, Labour e Conservatives, centro-esquerda e centro-direito respectivamente. Contudo, este ano, um ator político que não era tão expressivo politicamente, foi decisivo na disputa pelo poder. Trata-se dos Liberais-democratas, partido centrista, que nestas eleições conseguiu eleger 57 representantes. Labour e Conservatives, respectivamente, obtiveram 258 e 306 assentos no parlamento, gerando por fim um impasse. No sistema britânico, o número mínimo para um partido ter a maioria dos assentos, e consequentemente obter o direito de indicar o primeiro ministro é 326 assentos, obrigando os dois maiores partidos a articularem coalizões, o que não acontecia a 65 anos. Esse processo gera um escalonamento do poder entre um maior número atores políticos. Essa conjuntura do cenário político inglês resultou na coligação Conservadores-Liberaais-democratas, e a vitória, ainda que em conjunto, do partido Conservador britânico, culminou na indicação de seu líder, David Cameron, para primeiro-ministro. ■

Você Sabia ?

A grande novidade das eleições britânicas de 2010 foi a eleição do primeiro membro do partido verde britânico no parlamento. Esse fato é a confirmação da atual tendência mundial de crescimento da causa verde, causa essa que está cada vez mais em evidência e o seu fomento não pode mais ser negligenciada.



A QUESTÃO INDÍGENA

Adriana Reino

Em Canarana, Mato Grosso, novamente o céu ficou cinza. Para aqueles que não conhecem a cidade fronteiriça com umas das maiores reservas indígenas do país, não se trata de um mero dia nublado, pois em Canarana o calor e sol são preponderantes nessa época do ano. É, na verdade, mais uma queimada provocada na região para desmatamento e substituição das árvores por vastos pastos de criação de gado. Eu nunca havia ouvido falar em Canarana até uma amiga minha se aventurar por esses lados para estudar o dia-a-dia dos índios xinguanos (ela adora índios!). De todo o modo, a experiência dela nesse lugar me fez pensar sobre a questão indígena. Como essa parte da população é e será influenciada pelas políticas sócio-econômicas implementadas pelas eleições de outubro?

Hoje, os índios não se limitam a tribos isoladas e condenadas ao desaparecimento. Estão cada vez mais integrados à sociedade e mais envolvidos no sistema político nacional. Os índios xinguanos da região já não se vestem com tangas apenas, usam short Adidas e camiseta Nike e volta e meia aparecem na cidade para comprar suprimentos necessários para a vida na

aldeia. Ao menos, estes são os índios os quais nós conseguimos encontrar com facilidade. São aqueles integrados.

É importante explicitar que a questão indígena tem sido abordada de forma protecionista durante a última década na América Latina. A experiência indígena é observada de modo a se poder interpretar, posteriormente, os problemas do multiculturalismo, uma realidade atual do mundo globalizado em que vivemos. Há uma enorme dificuldade, portanto, em integrar devidamente esses povos para que convivam com a sociedade, mas tenham seus direitos garantidos ao mesmo tempo.

A Constituição Federal de 1988 prevê em seu capítulo VIII direitos especificamente voltados à esses povos, inovando, especialmente, no que tange à afirmação da cultura e existência de povos indígenas no país e nos seus direitos originários sobre as terras que ocupam. No Brasil, quando tratamos da questão indígena, tratamos de um racismo invertido, de modo que há que haver leis e textos normativos voltados especificamente para este grupo. Trata-se de uma forma de

protecionismo, uma forma de preservação e inclusão, o que é um verdadeiro paradoxo. A nossa política nacional lida com um dilema constante: preservar os povos indígenas e suas essências culturais, privando-os das contaminações do “homem branco,” e o dever de inseri-los no nosso meio e provê-los de educação, acesso à justiça e política.

As alternativas de sufrágio, cotas indígenas para educação e outras formas de compensação eleitoral são algumas das formas de se aproximar o Estado dos povos indígenas. Hoje, observamos um movimento de situação de exclusão à uma inclusão subordinada. Isto pois, os recursos localizados em reservas indígenas são de interesse Estatal. Logo, há um enorme interesse (e benefícios) em ajudar os povos indígenas a serem incluídos na sociedade brasileira. Trata-se de uma inclusão política e de direito de caráter neo-liberal e mercantilista.

Assim, podemos observar na Constituição Federal de 1988 duas normas que confirmam essa nova tendência em se assegurar aos índios o direito à diferença. Estas se firmam ao reconhecer “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Art. 231, CF/88). Logo, podemos notar um interesse político institucional do Estado em preservar essas terras para que estas não sejam exploradas pela sociedade ou por empresas nacionais e estrangeiras num sentido literal, uma vez que são territórios que resguardam recursos naturais de valor elevadíssimo, tais como riquezas naturais e potenciais energéticos.

No Brasil, a nossa resposta institucional aos problemas indígenas se dão através da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que adota políticas de isolamento ao proteger os povos através da demarcação territorial de reservas. Contudo, para que haja proteção jurídica há que haver acesso à justiça que só se pode dar através de um contacto direto com esses povos. A ameaça aos grupos sem contacto varia de exploração petrolífera, exploração madeireira, exploração e ocupação territorial à passividade estatal. Como as minorias se adaptam à nossa Constituição Federal? Os direitos fundamentais tem que se adaptar às necessidades indígenas. Porém, a difícil transição do multiculturalismo remete bastante ao alto nível de racismo e discriminação social direcionados a esses povos. Assim, é fácil notar que ainda que hajam direitos fundamentais garantidos aos índios pela Carta Magna, não existe qualquer tipo de controle e determinação política em fazer valer referidas normas protecionistas. Os povos indígenas ficam à mercê de

alguns indivíduos, organizações e entidades de apoio para lutar por seus direitos e afirmar sua existência.

Podemos chegar à uma solução ao problema indígena se refletirmos de que modo o que se faz à este povo pode nos afetar individualmente. Para quem quiser conhecer melhor os índios do Xingu no Mato Grosso ou qualquer um dos 233 povos indígenas espalhados por terras brasileiras, basta acessar o site do Instituto Socioambiental (ISA) e escolher o destino!

ISA - www.socioambiental.org



creditos: Carolina Cooper.

Índios do Xingú caminhando pelas ruas de Canarana, Mato Grosso.

AONDE ESTÁ INDO PARAR NOSSO DINHEIRO?

João Marcelo Lima

O país hoje se destaca pelo relativo sucesso econômico que nos dá razão para cogitar sentar à mesa de discussão para ser um dos líderes da possível nova ordem mundial. O sucesso na Petrobrás (equivalente a 4% do nosso PIB segundo pesquisas) e a ascensão econômica das classes C e D (que gozam de maior poder de compra) significam um sucesso na balança comercial, que, mesmo com a crise financeira global de 2008, segue estável e possibilitou o crescimento do país a 9% no trimestre passado (2010).

Por que, então, está tudo tão caro no Brasil? Não é contraditória a euforia com o sucesso econômico no Brasil. Para comprar um carro como Corolla XEI 2.0, cujo preço, nos Estados Unidos, equivaleria a 32.727 reais, temos, aqui, de desembolsar 75 mil reais! O Brasil cresce, e junto as oportunidades, o dinheiro circula, pessoas compram. Porém, os preços disparam. No entanto, isso não é decorrente da velha história que expurga o bolso do Brasil: a inflação. A culpa é dos impostos.

De fato, o Corolla XEI 2.0, sem imposto, custa, no Brasil, 43,5 mil reais. Só de impostos federais, o preço aumenta mais 22,5 mil reais, e a tributação estadual recolhe mais 9 mil reais. Agora, eis o absurdo: 42% do preço total do produto é composto de imposto. Vai para o nosso governo.

Encontramos, assim, uma classe média em expansão, segundo dados do IBGE, mas que não consegue compatibilizar seu salário médio com os preços milionários dos produtos. O trabalhador irado de Mangabeira Unger passou a ganhar mais para gastar mais. Qual é a justificativa?

Não encontramos no Estado, que retira até 27% do salário bruto do brasileiro, a eficiência de serviços que o legitimariam. As filas nos hospitais não diminuíram, as escolas públicas não conseguem resultados objetivos positivos no ENEM e as rodovias que funcionam são as privatizadas. Países desenvolvidos, como os escandinavos, foram bem-sucedidos na justificativa que deram para tributar até quase metade do salário bruto de seus cidadãos. Lá, o custo benefício é invejável. Eles têm ótimas escolas, ótimos hospitais, e rodovias bem mantidas.

Onde va, então, todo o dinheiro que o governo tira, não só da renda, mais do mercado brasileiro? Vai para salários públicos altos e excessivos, reformas de palácios de governos, órgãos públicos que se multiplicam a olhos vistos. Sai do bolso de quem quer comprar um Corolla e se transforma na manutenção de um Estado burocrático que exagera em sua manutenção.

A solução não é a redução da tributação. O Estado precisa de dinheiro para implantar políticas públicas, mudar a realidade. A solução, a meu ver, é a transparência no que é cobrado. Porém, não só no momento em que se realiza a obra, a política, a mudança, mas no momento em que cedemos dinheiro ao Estado. Nos Estados Unidos, o preço de cada produto, no momento da compra, se divide em dois valores que, logicamente, se somam no preço final. A cada compra, o cidadão pode ver o preço do produto e a quantidade do tributo. Um cigarro vale 4 dólares, e quando o compramos, temos na notinha o preço do produto (2 dólares) e o preço da taxa estadual e federal (suponhamos mais 2 dólares). Para que este detalhe?

Acredito que emprestamos dinheiro ao Estado e devemos exigir um retorno. A transparência é um mecanismo através do qual o cidadão tem direito para depois exigir, com fundamentos, os serviços para os quais concede dinheiro ao Estado. Organizações que pressionam o Estado a regulamentar o dispositivo constitucional que garante a transparência aos impostos cobrados com produtos e serviços adquiridos, já existem no Brasil. São vários: o Impostômetro, o Feirão do Imposto, De Olho no Imposto, Instituto Brasileiro de Tributação, Associação da Classe Média, Instituto da Liberdade, Instituto Millénium, Instituto Atlântico, Clóvis Panzarini e Consultores Associados... Todos fazendo pressão popular. É a sociedade civil organizada se movimentando, se manifestando!

Temos prerrogativas constitucionais que garantem uma democracia na lógica participativa. Por que não estamos sendo escutados?

Voltando ao fenômeno de ascensão das classes C e D, de que serve tanto sucesso formal, um nome que muda no stáтус social da população, se produtos se tornam cada vez mais inacessíveis sob a nossa tributação de economia de quase 2 trilhões de dólares?

Os resultados palpáveis que vemos hoje são o crescimento da Inadimplência do Consumidor, que aumentou este mês 1,9%, chegando a 4,3%, segundo o Indicador Serasa Experian. Ou seja, um aumento na dívida dos cartões de crédito brasileiros. É de se esperar, com os preços que circulam o mercado. Se são excessivamente altos, incompatíveis com os salários das classes D, C e B, não se abre espaço para a poupança. Sem poupança, de onde o governo tira dinheiro para funcionar (não avaliando sua eficiência com o termo “funcionar”)? Aqui encontramos o círculo vicioso que fundamenta, infelizmente, a violenta tributação de nosso país, pois, se o governo não tem

como tirar verba da poupança, tem de tributar mais, e se assim o faz, não estimula a poupança.

Por isso enfatizo que a solução não pode ser a redução de impostos. Se isto acontece, o governo fica de mãos amarradas, impotente. Não tem como atuar. Consequentemente, a pressão para a transparência da tributação, que possibilitará o cidadão a fundamentar suas exigências de eficiência de serviço perante o Estado. Sabendo quanto ele gasta, quanto estamos “emprestando”, podemos exigir o retorno centavo por centavo.

A movimentação popular para isto é imprescindível, mas mais importante é que o Estado aja democraticamente, cumprindo com seus dispositivos constitucionais. Deve o governo ter em mente que a pressão popular é legítima e tem importância, e calibre para efetivar mudanças em cooperação com ele. A sociedade deve participar, deve ter a oportunidade de participar. Esta conscientização deve ser gerada pela

leitura da Constituição à moral de nossos representantes. Não é opção ou benevolência aceitar que o povo se manifeste e escutá-lo total ou parcialmente. É cumprimento com a construção e consolidação perpétua de nossa democracia, ou melhor, com nossa Constituição.

Vejo a eleições de 2010 como um momento para que a sociedade aumente o grau de pressão para que seus interesses sejam tanto escutados quanto cumpridos. É importante que os candidatos determinem como irão lidar com nossos anseios. No Brasil confundimos, muitas vezes, políticas ineficientes com políticas corruptas. Sem desqualificar a importância essencial da ética governamental, devemos zelar pela transparência dos poderes públicos em sua tributação e estimular, tanto por ela quanto por nossa participação incansada, a solução para um problema que culmina no disfarce do progresso real. ■



creditos:

Revista Época, edição de 22 de maio de 2010.

Canto Poético

Fim de tarde.É início de noite. O sol ? Já não se vê. A lua, há pouco deu o ar de sua graça.

Hoje, ao invés de voltar pra casa caminhei um pouco mais. O dia foi difícil, tantos problemas sem aparente solução, insistem em me seguir aonde quer que eu vá. Então, mesmo assim, mudo um pouco de lugar.

Em dias assim, gosto de olhar um pouco o mar. Distrai-me.

Vejo ondas a minha frente e a fundo uma trilha sonora: buzinas, trechos de conversas, passos acelerados, freio de carros, o som da bola de vôlei de lá pra cá, de cá pra lá.

Na beira do mar um casal conversa, talvez sobre amor, sobre a relação ou sobre a chuva do fim de semana passado. Sei lá, não posso saber!

Gosto de observar o que as pessoas fazem para serem pessoas.

Uns estão correndo, outros se distraindo. Alguns estão trabalhando: para os distraídos, como eu.

Daqui, de onde estou, não posso saber por que aquele casal, se é que o são, está ali agora ou porque o moço do quiosque deixou o nordeste (percebi seu sotaque). Assim, no dia a dia, apenas observando,,não sou capaz de compreender porque o homem que acaba de frear o ônibus que passa atrás de mim, tornou-se um motorista. Vocação? Necessidade? Custo de oportunidade? Onde me encontro não posso saber. É preciso de mais tempo, mas experiência, mais contato. Acontece, que tudo é muito rápido e tempo custa dinheiro, como quase tudo a minha volta.

Dessa forma, só posso imaginar, o que toda essa gente pensa e porque está aqui ou ali.

Enquanto observo, tento esquecer os meus motivos pra estar nessa cadeira de frente para o mar, o que foi quase de graça, gastei tempo e comprei uma água de coco,com o cara que veio do nordeste.

Se, por um acaso um conhecido passar por mim direi: “Tá tudo bom, tava com desejo de tomar água de coco”

É a resposta automática quando nos perguntam como estamos.

Na realidade o que diria não seria verdade, mas sim, uma pequena atuação.

Como nenhum conhecido passou fiquei a observar e admirar o cenário.

É o mesmo que faço quando vou ao cinema, ou ao teatro. Nesses lugares observo atores.

Não é isso que são pessoas, quando encontram-se longe da própria mente, perto de muita gente e com pouco tempo?

- Ana Carolina Melman

VOCÊ SABE QUE ESTUDA NA FGV QUANDO...

Sua mochila é mais pesada que você.

Você vai dormir meia-noite feliz por estar indo para a cama cedo.

Você freqüentemente se vê perguntando: “O quê?! Tinha mais essa leitura pra hoje?”

Você começa a falar um dialeto que apenas alunos da FGV entendem (ATC, GED, TDC,...)

Você consegue contar a sua nota da P1 em uma mão.

Tomar banho tira seu tempo de estudo. Ir ao banheiro também.

Você passa mais tempo dormindo em sala de aula que na sua cama.

Você faz um drama por causa de alguns décimos.

Quando você assiste televisão você se sente culpado. Mentira, você **não** assiste televisão.

Você bebe mais café do que água durante a semana.

Nos fins de semana você bebe mais cerveja que água.

Você não bebe água (até porque, acabaram os copos!)

Terça-feira é dia de pizza.

Você mata aula para recuperar leitura.

Você pensa: “É meia noite, ainda tenho bastante tempo para estudar!”

Você gasta mais dinheiro na xerox do que na night.

As letras de Pink Floyd começam a fazer sentido.

Você fala de juristas e doutrinadores como se fossem velhos amigos.

Você se bronzeia com as luzes incandescentes da sala de aula.

Faça sua contribuição para *O Gerifalte* !

Encontros serão definidos no início do período e anunciados nos quadros.

Ou entre em contato conosco: ogerifalte@gmail.com

Já na próxima edição:

- Carta dos Leitores. Envie-nos sua opinião por e-mail (ogerifalte@gmail.com)

- Classificados: quer vender livros, computador, alugar quartos, etc? ANUNCIE AQUI!

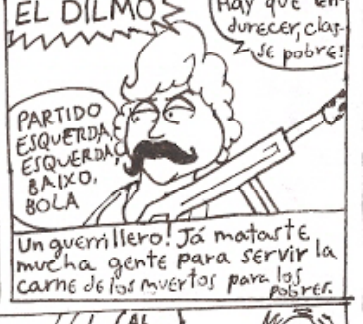
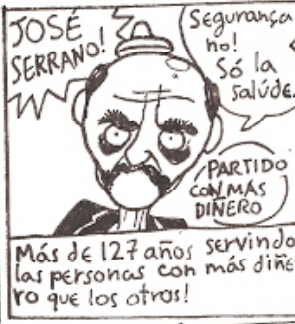
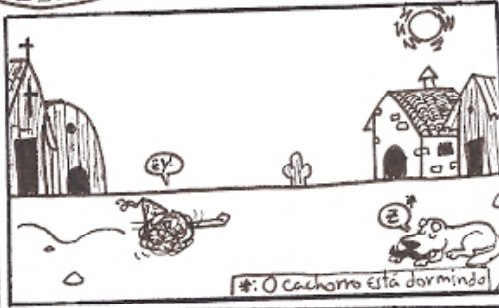
Envie sua oferta por e-mail (ogerifalte@gmail.com)

El HOMEM HOMBRE

Ho governo, soy lontra!

Naylor, Britz, Grun & Tonhag

EN: HOY ES DÍA DE ELECCIÓN







“NÓS TEMOS PAIXÃO E CONHECIMENTO EM
INVESTIMENTO E GESTÃO IMOBILIÁRIA HÁ 25 ANOS”



Av. Marechal Câmara, 160 – salas 1636 e 1637 parte – Centro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP: 20020-080
Tel.: (21) 2126-0900 – Fax: (21) 2126-0901 – www.sogim.com.br

ANUNCIE AQUI!
entre em contato através do e-mail:
ogerifalte@gmail.com.



“NÓS TEMOS PAIXÃO E CONHECIMENTO EM
INVESTIMENTO E GESTÃO IMOBILIÁRIA HÁ 25 ANOS”



Av. Marechal Câmara, 160 – salas 1636 e 1637 parte – Centro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP: 20020-080
Tel.: (21) 2126-0900 – Fax: (21) 2126-0901 – www.sogim.com.br

ANUNCIE AQUI!
entre em contato através do e-mail:
ogerifalte@gmail.com.